

JORNAL DE BRASÍLIA ^{ANC P3} Lei complementar é ignorada

19 FEV 1980

Os dois partidos com maior bancada no Congresso — PMDB e PFL — ainda não concentraram atenção nas leis complementares e ordinárias que têm que ser votadas para que a nova Constituição comece a vigorar plenamente. A preocupação maior, por enquanto, é apenas com a elaboração do novo regimento interno da Câmara e do Senado e com a consequente regulamentação do processo de votação das chamadas “medidas provisórias”, que têm provocado muita discussão.

Apenas os pequenos partidos — como PT, PDT e PCB — já começam a elaborar listas de prioridades e apresentar projetos, enquanto o PDS se mostra cético em relação ao ano legislativo. O líder do partido na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), é taxativo: “Este ano não vamos votar nada. Quem disser o contrário está mentindo”.

As lideranças do PFL e do PMDB apontam o tumultuado processo de votação das sucessivas “medidas provisórias” para justificar o “esquecimento” temporário das leis complementares.

Um assessor do Senado observa que está sendo difícil votar as me-

das provisórias porque, não havendo regimento adaptado à nova Constituição, tudo tem que ser resolvido com base em normas que já caducaram e que sempre dão margem a várias interpretações. Com isso, persistem dúvidas, por exemplo, quanto à possibilidade de reedição de medidas provisórias não apreciadas e até mesmo quanto à liberdade de modificação, pelo Legislativo, desse dispositivo que é utilizado pelo Executivo.

Dúvidas

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), recusou-se a dar um balanço preliminar das matérias mais importantes para seu partido, alegando que ainda não teve tempo de pensar no assunto. O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), citou as dúvidas em torno da votação das medidas provisórias entre as principais preocupações e conseguiu se lembrar da regulamentação dos juros bancários de 12% ao ano como uma das prioridades no processo de elaboração das leis complementares.

O pedessista Amaral Netto acha que a situação é pior do que se quer dar a entender. Para ele se es-

te ano for aprovado o regimento interno das duas Casas, “já está bom demais”. Segundo ele, neste ano não será votada nenhuma lei complementar, devido à preocupação com as eleições presidenciais, e no ano que vem a situação não será diferente, devido ao pleito para Câmara e Senado e para os governos estaduais.

Como as verbas dependem, fundamentalmente, de decisão política, o ceticismo do PDS não deverá contaminar, contudo, todas as demais agremiações. Partidos apontados como marcadamente “ideológicos”, como o PT, já fazem suas listas de prioridades, que abrangem desde questões na área trabalhista (regulamentação da chamada “dispensa imotivada” e greves, por exemplo) até a necessidade de revogação da Lei Orgânica dos Partidos, que não obedece à liberdade de organização partidária aprovada depois pela Constituinte.

O PT quer também urgência para todo o capítulo referente à seguridade social e regulamentação de dispositivos como a licença-paternidade e a organização dos

trabalhadores domésticos, sem contar a preocupação em definir o conceito de “terra produtiva” na questão da reforma agrária. Muitas dessas preocupações são tidas como prioritárias também pelo PCB e demais setores localizados mais à esquerda, que devem novamente se unir, segundo o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), para tentar obter alguns avanços, como ocorreu durante a Constituinte.

Projetos

No PDT, há todo um trabalho, já organizado, de prioridades, é o líder Brandão Monteiro (RJ) já apresentou pelo menos dois projetos: um que trata da relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa e outra que define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no parágrafo 1º, artigo 9º da Constituição.

O PDT também já conseguiu a aprovação da chamada “Lei Caó”, contra discriminação racial (que acabou parcialmente vetada pelo presidente Sarney) e já designou vários “especialistas” do partido para tratar de setores “específicos”.